

Câmara Municipal de Vitória

Estado do Espírito Santo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, SERVIÇO PÚBLICO E REDAÇÃO

PARECER:

PROCESSO № 4625/2020 - VETO TOTAL: 31/2021

PROJETO DE LEI № 175/2020

AUTORIA: VEREADOR MAX DA MATA

EMENTA: "Denomina José Coimbra o Complexo Interativo de Memória, Cultura,

Esporte e Lazer (CIMCEL), localizado no bairro Santo Antônio, nesta

capita"

I – RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei de autoria do vereador MAX DA MATA que propõe homenagear José Coimbra, emprestando o seu nome ao Complexo Interativo de Memória, Cultura, Esporte e Lazer (CIMCEL), que ocupará a antiga sede da EMEF Alvimar Silva em Santo Antônio, Vitória-ES.

Ao justificar sua proposta, o autor aduz que o ex-vereador homenageado "nasceu e foi criado no bairro Santo Antônio, construindo sua vida pública e política sempre com grande empenho e respeito pela comunidade." Aduz ainda que, tal homenagem póstuma foi iniciativa do movimento comunitário do bairro.

A propositura, no entanto, recebeu o VETO TOTAL do representante do Poder Executivo Municipal, com lastro nas manifestações da SEGES¹ e SEMC, que se manifestaram contrariamente sobre o mérito da proposta e, por fim, no parecer da Procuradoria Municipal, que constatou vícios de técnica legislativa e de legalidade, vez que não observou a legislação pertinente, a saber, o art. 43 da Lei nº 6.080/2013 (Código de Posturas e de Atividades Urbanas do Município de Vitória), em suma:

* Não foi destacado um imóvel municipal apto a receber tal nomenclatura;

* Não foram atendidos vários dos incisos do art. 43, da Lei nº 6.080/2013.

1 SEGES destacou às fls. 11 que sequer existe registro sobre o denominado "Complexo Interativo de Memória, Cultura, Esporte e Lazer". Já a SEMC apontou a falta de justificativa consistente e a falta de informações para atendimento aos requisitos enumerados no art. 43 da Lei 6.080/2013.

Câmara Municipal de Vitória

Estado do Espírito Santo

* Excesso de leis sobre a mesma matéria, o que pode causar confusão aos munícipes, moradores

daquele bairro.

Os reportados vícios comprometem a técnica legislativa e a segurança jurídica em relação à

proposta e por conseguinte, sua obediência por parte dos jurisdicionados/munícipes, o que esvazia

a relevância de seu comando e a torna, por tais razões, fadada ao desuso.

II - PARECER DO RELATOR

"Art 61. Compete à Comissão de Constituição, Justiça, Serviço Público e

Redação:

I. opinar sobre o aspecto constitucional, legal, jurídico, regimental e de

técnica legislativa das proposições;"

Por sua vez, com relação à apreciação aos vetos do Chefe do Executivo, a LOM de Vitória, em seu

artigo 65, XX preconiza:

"**Art. 65.** É da competência privativa da Câmara Municipal:

XX - apreciar os vetos do Prefeito a projetos de lei aprovados pela Câmara;"

Posta a atribuição desta Comissão e a competência da Câmara para apreciação do veto, passa-

se à análise.

Vale-se do arrazoado fático e jurídico externado nas manifestações das Secretarias Municipais

(SEGES e SEMC) sobre a proposta, bem como no parecer da Procuradoria Municipal, nos quais

está amparado o VETO, para embasar o presente parecer que reitera os apontados vícios de

técnica legislativa e de legalidade que maculam a proposição, e que, consequentemente,

obstam seu prosseguimento.



Câmara Municipal de Vitória

Estado do Espírito Santo

III. VOTO DO RELATOR.

Diante de todo o exposto, é o parecer pela MANUTENÇÃO DO VETO do Prefeito Municipal de nº 31/2021 ao PL n° 175/2020.

Palácio Atílio Vivacqua, 26 de julho de 2022.

GILVAN AGUIAR COSTA - GILVAN DA FEDERAL – VEREADOR (PL)